



Jericó: a bandeira palestina, ao lado da israelense, marca o início de uma nova era

Só o avanço do processo de paz entre Israel e a OLP, com a construção do Estado palestino, assegurará ao Oriente Médio a estabilidade de que necessita para transformar-se num promissor pólo econômico

Superar o impasse

Claudia Guimarães

No guichê de uma repartição pública do governo autônomo palestino, o funcionário estende um documento às pessoas que pacientemente esperam na fila. À primeira vista, trata-se de mais uma formalidade burocrática. Mas o momento, na verdade, é histórico: pela primeira vez, os palestinos estão emitindo seus próprios passaportes, um documento ao qual até então só tinham

acesso quando liberado por outros países. Como um dos símbolos de soberania de qualquer nação, os passaportes emitidos a partir de abril representam um passo chave rumo à construção dos alicerces do futuro Estado palestino.

Passados um ano e oito meses da assinatura dos acordos de paz entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), os avanços são visíveis, mas os obstáculos ao processo de paz saltam muito mais aos olhos. Na Palestina, a OLP enfrenta o desafio de

construir do zero o embrião de um Estado em duas pequenas áreas – Gaza e Jericó – cuja dependência econômica em relação a Israel é quase total. Politicamente, a missão não é menos árdua: neutralizar os grupos mais radicais e convencer a população dessas áreas a continuar apostando no processo de paz, apesar dele ter significado, a curto prazo, uma piora nas suas condições de vida.

Já em Israel, grande parte da opinião pública, traumatizada pelos atentados realizados pelos grupos Hamas e

Jihad Islâmica, olha hoje os acordos de paz com ceticismo. Esse sentimento tem se traduzido na queda de popularidade do governo do primeiro-ministro trabalhista, Yitzhak Rabin, e no crescente apoio ao discurso do direitista líder do partido Likud, Benjamin Netanyahu, contrário a qualquer mudança no atual *statu quo* da Palestina.

Para discutir estes desafios e as perspectivas do processo de paz, as Nações Unidas promoveram recentemente no Rio de Janeiro um seminário, que contou com a participação de delegações de dezenas de países, incluindo Israel.

A escolha do Brasil para sediar o seminário não foi aleatória. Segundo o presidente do Comitê das Nações Unidas para os Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, o embaixador senegalês Keba Birane Cissé¹, o apoio do governo brasileiro à causa palestina, expresso através dos seus votos na ONU, pesou muito. "O Brasil é um país do Terceiro Mundo, mas com um mercado desenvolvido em muitos campos, que já o coloca, em determinadas áreas, no Primeiro Mundo. E tem mantido uma posição positiva em relação à problemática do Oriente Médio, cujo centro é, sem dúvida, a Palestina. O Brasil tem procurado uma solução que contemple as duas partes, sempre olhando para frente, nunca para trás", assinalou.

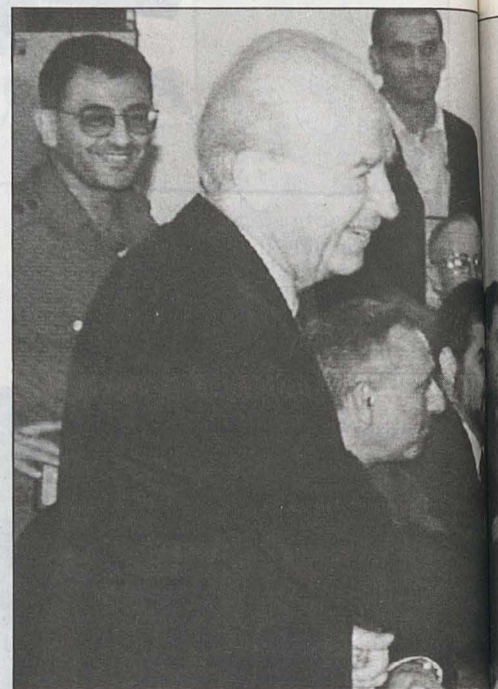
Esta visão ficou explícita nas pala-

bras do embaixador Pedro Paulo Assumpção, chefe do Departamento de Oriente Médio do Itamaraty, ao afirmar que "não acreditamos que a história possa ser *corrigida*. Acreditamos na *evolução* da história. Desejamos colaborar intensamente para o grande destino que está reservado ao povo palestino, mas sempre com uma visão de futuro".

Porém, na prática, não é fácil dar as costas para o passado num conflito com raízes tão antigas. "As relações árabe-israelenses são muito influenciadas pela emoção. E ela é ainda mais forte entre palestinos e israelenses. Sem dúvida, o fato de seus dois dirigentes apertarem as mãos foi um avanço extraordinário, saudado com entusiasmo. Mas há setores insatisfeitos com o processo, com a sua velocidade ou forma, e que estão recorrendo à força para expressar seu descontentamento. Outros, embora não façam nada, estão céticos", disse o embaixador senegalês.

Raios x da economia – O diagnóstico da situação econômica da Palestina dominou grande parte dos debates. Houve consenso na reunião de que a solução da crise na região tem duas vertentes, a política e a econômica, sendo que esta última é fundamental para a viabilização do futuro Estado palestino.

O desafio é realmente gigantesco. A região é pequena, tem limitados recursos naturais – o Produto Interno Bruto



Yitzhak Rabin (esq.) cumprimenta Yasser Arafat

(PIB) não ultrapassa os dois bilhões de dólares – e a guerra destruiu boa parte da já precária infra-estrutura.

"Durante estas duas últimas décadas², Israel praticamente não investiu na Palestina. Eles querem a área apenas como mercado para seus produtos e reserva de mão-de-obra barata", criticou o professor palestino, naturalizado brasileiro, Omar Jaber, que dá aulas de Economia na Universidade de Pelotas.

Nem o Estado israelense, nem os empresários daquele país colocaram dinheiro na região. Segundo revelou o professor Jaber, nesses 18 anos, 82% dos investimentos privados na Cisjordânia e Gaza foram feitos pelos próprios palestinos, e destes, 70% foram para a construção civil. O setor industrial estagnou, em grande parte devido às restrições impostas pelos israelenses para que os palestinos abrissem novas fábricas.

Sem matérias-primas e carente de uma base industrial, a Cisjordânia e Gaza gastam atualmente 50% do seu Produto Interno Bruto em importações, criando um círculo vicioso difícil de romper. "Os dólares que poderíamos estar utilizando para investir em infra-estrutura, temos que usar para comer e nos vestir. Como a maior parte do orçamento familiar é gasto na comida, não existe poupança. Se não se faz poupança, não há recursos para investir. Sem



Momento histórico: os palestinos estão emitindo seus próprios passaportes



Arafat, na primeira ida do líder da OLP a uma área controlada por Israel

investimento, não há produção. Sem produção, não há melhoria na renda”, resumiu Jaber.

De agricultores a peões de obra – A estagnação industrial foi acompanhada de um acentuado declínio da agricultura. Enquanto em 1972, a contribuição do setor agrícola ao PIB foi de 47%, hoje não ultrapassa 27%.

“Devido ao controle que os israelenses exercem sobre a água, um recurso muito escasso na região, nossa agricultura se tornou cada vez menos competitiva. Não há água suficiente ou subsídios que permitam concorrer com os produtos agrícolas israelenses”, assinalou Sari Nusseibeh, membro do Conselho Econômico Palestino para o Desenvolvimento e a Reconstrução e reitor da Universidade de Jerusalém.

Essa situação teve um profundo impacto na economia palestina. A maioria dos trabalhadores, tradicionalmente agricultores, se transformou em operários da construção civil em Israel. “Por isso, hoje em dia, se cria um enorme problema quando os israelenses fecham a fronteira. É um desastre”, acrescentou.

Até recentemente, o fechamento das fronteiras era decidido, em geral, como represália a ataques terroristas contra cidadãos judeus. Porém, em breve, a separação deverá se tornar uma realidade definitiva. Após o atentado do

dia 22 de janeiro, em Netanya, ao norte de Tel-Aviv, que deixou 22 mortos, o gabinete de Yitzhak Rabin encarregou o ministro da Polícia, Moshe Shahal, de traçar um plano para a instalação de uma cerca permanente que separe Israel dos territórios árabes ocupados.

Justificando a medida, o ministro da Agricultura israelense Yaakov Tsur, declarou que a separação definitiva dos territórios poderia servir aos interesses dos próprios palestinos, já que ajudaria a deter a instalação de novas colônias judaicas na região.

“Hoje, a palavra *separação* pode ser entendida como proibição para que os trabalhadores palestinos cheguem a Israel mas, a longo prazo, pode servir como demarcação de fronteiras, possibilitando a formação de uma entidade palestina independente.”

Antes mesmo da decisão oficial de construir a cerca, as empresas israelenses já vinham promovendo a substituição da mão-de-obra não-qualificada palestina pela de imigrantes não-árabes, principalmente de origem asiática.

O fechamento da fronteira engrossou o número de desempregados, piorando as condições de vida da população, se comparado ao período anterior à assinatura dos acordos de paz. Já antes dessa medida, apenas 20% da população economicamente ativa encontravam trabalho. Na prática, isso significa que cada palestino da Cisjordânia e Gaza sustenta uma família de cinco membros.

O desemprego é agravado pelo alto crescimento populacional, particularmente em Gaza (3% ao ano). Segundo dados da ONU, 67% dos palestinos têm menos de 25 anos. Essa massa de jovens chega à idade produtiva sem perspectivas de conseguir trabalho, criando

insatisfação e revolta, terreno fértil para a pregação contra os acordos feita por grupos radicais, como o Hamas.

Carência de recursos humanos – Para reverter esse quadro, a médio prazo, serão necessários investimentos maciços por parte da comunidade internacional...e rápido. Este foi o tema de um seminário organizado pela ONU no ano passado, na sede da Unesco, em Paris, que tratou especificamente das vias e meios para dar assistência econômica à Palestina.

“Nosso problema é que *todos* os recursos têm que vir de doadores. Em outras palavras, não temos dinheiro para gastar. Normalmente, um Estado tem reservas para investir, tem controle sobre seus próprios recursos naturais, estabelece e cobra impostos, controla as exportações e importações, etc. Mas este não é o nosso caso. Por isso nós precisamos tanto da ajuda externa”, enfatizou Sari Nusseibeh.

Outra dor de cabeça para as autoridades palestinas e os doadores internacionais é a falta de recursos humanos para tocar à frente o aparelho do embrião de Estado que está surgindo em Gaza e Jericó. O Banco Mundial destinou para o governo autônomo 12 bilhões até 2002, mas este dinheiro não está sob controle palestino, e sim das organizações internacionais. “Isto se deve, principalmente, à falta de instituições eficientes na Palestina, provocada por sua vez pela carência de mão-de-obra altamente qualificada. Precisamos de especialistas em administração financeira, administração pública, legislação fiscal, etc.”, explicou o professor Jaber.

De fato, uma das facetas mais amargas da diáspora é o fato da maioria dos palestinos com alto nível de instrução estar vivendo na Europa, Estados Unidos ou América Latina. Como convencer essas pessoas, que estão bem empregadas e numa situação de estabilidade financeira, a jogar tudo para o alto e voltar para a Palestina, é um dos desafios do novo governo.

Para o psicólogo argentino Felix Ferreyra, da Fundação Argentina para o Terceiro Mundo, entidade que preside o Comitê Coordenador das ONGs de Ajuda à Palestina³, da América Latina e Caribe, essas entidades poderiam colaborar para atenuar a carência de recursos humanos.

“Temos experiência no processo de reconstrução de países que passaram por guerras ou outras situações extremas, como, por exemplo, a Nicarágua. Podemos participar, principalmente, nos campos da saúde e da educação, promovendo a ida de grupos profissionais estrangeiros – por um tempo limitado –, que ajudariam a capacitar os recursos humanos locais. Não queremos criar demandas artificiais e sim trabalhar com a realidade.”

Disputa por investimentos privados – E a realidade é dura. Faltam escolas, hospitais, estradas, portos, aeroportos. A rede elétrica é deficiente, assim como o sistema de comunicações. Hoje, a prioridade número 1 em Gaza e Jericó é o investimento em infra-estrutura.

Mas de onde o governo autônomo espera que venham esses recursos? Da iniciativa privada, principalmente dos empresários palestinos espalhados pelos quatro cantos do mundo. “É com eles que estamos contando. Os investimentos privados são a chave do desenvolvimento, não os recursos públicos, embora estes últimos sejam uma pré-condição para atrair a iniciativa privada”, ressaltou Nusseibeh.

O economista tem muito claro que o principal desafio é convencer os possíveis investidores de que o governo autônomo é confiável e conseguirá manter a estabilidade política numa região tão

convulsionada. “Temos que competir com os nossos vizinhos para atrair os investidores. Para isso, precisamos dar garantias ao empresário, não só financeiras como inclusive de segurança”, disse, aludindo à ação de grupos radicais.

Para estimular o hesitante investidor estrangeiro, as principais propostas feitas no Rio de Janeiro foram a formação de *joint-ventures* e o estabelecimento de programas de desenvolvimento regional, que incluiriam, além da Palestina, Israel, Jordânia e Egito.

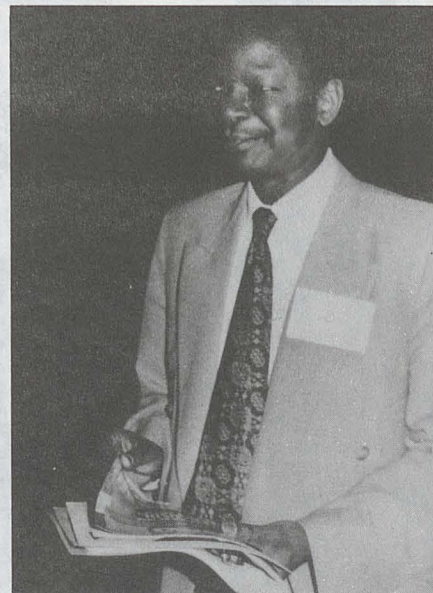
“Não podemos esquecer que somos um país pequeno e, portanto, com um mercado reduzido. A única forma que temos de nos fortalecer é conectando nossa economia à dos nossos vizinhos. Mas, para isso, temos que superar obstáculos políticos”, avalia Nusseibeh. O economista vê com otimismo, particularmente, a possibilidade de um trabalho conjunto no ramo do turismo, sobretudo o de natureza religiosa, já que Jerusalém é a cidade santa de três grandes religiões, católica, judaica e islâmica. “Se trabalharmos conjuntamente, poderemos oferecer para o turista melhores pacotes.”

Estímulo a programas regionais – O embaixador Pedro Paulo Assumpção também defendeu na reunião do Rio de Janeiro uma intensa participação do setor privado. E lembrou que as informações sobre as possibilidades



Na Faixa de Gaza, palestinos preparam um carregamento de morangos, que pela primeira vez serão vendidos ao exterior sem a intermediação de Israel

Foto: Valéria Rosa



Cissé: “O processo de paz é irreversível”

de investimentos na área são importantes, mas que eles só se materializarão mediante a apresentação, pelos palestinos, de “projetos específicos”.

O diplomata enfatizou, por outro lado, que há espaço para a colaboração governamental na Palestina. Nesse sentido, propôs iniciativas concretas que poderiam ser apoiadas por diferentes governos: a criação de um Banco Regional de Desenvolvimento, que poderia ajudar a canalizar investimentos para os países da área; de uma Câmara de Comércio Regional e de um Conselho de Comércio. “Através deste último se realizariam consultas de alto nível, que poderiam ajudar na definição dos projetos mais necessários à região”, assinalou.

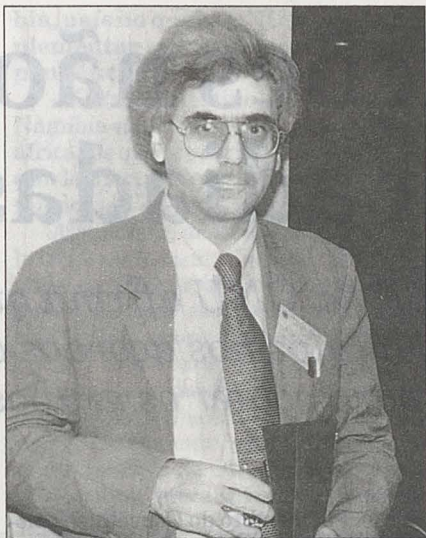
O apoio da comunidade internacional também foi defendido pelo embaixador Keba Birane Cissé, para o qual a participação dos empresários nesse período é muito importante, “mas não podemos esquecer as iniciativas de caráter governamental e que visem a região como um todo”.

Nos bastidores do encontro, outra importante proposta, envolvendo a participação de governos, também foi discutida. Segundo revelou Felix Ferreira, existe um movimento para encontrar um país árabe que concorde em ser avalista das operações comerciais entre a Palestina e a América Latina. “É uma proposta concreta dos empresários das câmaras de comércio. Naturalmente, isso envolve questões muito complexas. Mas dessa forma se poderia trazer pro-

Foto: Valéria Rosa



Jaber: "Prioridade é infra-estrutura"



Nusseibeh: "O maior desafio é político"

duto da Palestina para a América Latina. Já no sentido inverso, ou seja, para exportar nossos produtos, dependemos de como o governo autônomo palestino vai se organizar."

Mudanças políticas - Se o tema econômico dominou os debates, nem por isso as questões políticas foram deixadas de lado. Na opinião de Sari Nusseibeh, em última instância, o x da questão na Palestina não é econômico, é político. "As dificuldades pelas quais estamos e vamos passar para construir um Estado palestino não são novas; temos convivido com elas nos últimos 27 anos. O que precisamos para alterar

esse quadro é de mudanças políticas. Temos primeiro que alcançar nossos objetivos políticos para poder enfrentar os desafios econômicos."

O atraso nos prazos previstos pelos acordos de paz são, em grande parte, fruto de dificuldades políticas. A Declaração de Princípios, base dos acordos, previa duas fases: a primeira, que está em andamento - com meses de atraso - incluía, entre outros pontos, o reconhecimento mútuo, a instalação do governo autônomo palestino e a realização de eleições em Gaza e Jericó.

Mas os pontos mais polêmicos ficaram para a etapa seguinte, a chamada *final stage*: a volta dos refugiados, a dis-

cussão em torno da possível indenização pelos bens que eles foram obrigados a deixar para trás ou simplesmente foram confiscados pelos israelenses, a libertação dos presos palestinos, a manutenção ou desmantelamento dos assentamentos judeus, o estatuto de Jerusalém.

"Nesse processo, cada lado vai tentar ganhar o máximo possível. Obviamente, Israel está numa posição privilegiada, devido à sua força econômica e militar. Mas temos que seguir em frente. Não existe outra opção a não ser continuar negociando", pondera o professor Omar Jaber.

Na sua avaliação, existe um contexto internacional favorável a esse processo: a formação de novos blocos internacionais, a mudança da posição estratégica do Oriente Médio, o declínio da importância de Israel para os Estados Unidos. "Antes da queda da URSS, a paz era uma meta impossível. Agora que já não existe mais uma ameaça aos interesses norte-americanos, interessa a Washington estabilizar a área para mantê-la como fonte de matérias-primas. E não existe estabilização sem resolver a questão palestina."

O presidente do Comitê da ONU para a Palestina também está convencido de que não haverá retrocessos. Mas, para isso, as Nações Unidas têm se batido pela *irreversibilidade* do processo de paz. Esse ponto é particularmente importante se for mantida a tendência à queda de popularidade de Yitzhak Rabin, que poderá resultar na derrota do seu governo nas eleições gerais de 1996.

Para o embaixador Keba Birane Cissé, é preciso ficar claro que, independente de qual partido assumirá o poder em Israel, ele não poderá desconhecer os acordos assinados. "Mas para estabelecer uma situação irreversível, é preciso criar condições mutuamente vantajosas. Se ambas as partes constatarem que ganharam mais que perderam, tornarão esse processo irreversível."



Milhares de agricultores palestinos trabalham hoje na construção civil em Israel

¹O Comitê das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino foi criado há 27 anos e, desde então, o Senegal tem sido reeleito para assumir a sua presidência. O diplomata Birane Cissé foi embaixador do Senegal no Brasil de 1968 a 1975

²Israel ocupou a Palestina (Cisjordânia e Gaza) após a chamada Guerra dos Sete Dias, em 1968

³O Comitê foi criado em Buenos Aires, em fevereiro de 1990, e reúne 115 organizações não-governamentais